

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

*Fabiana Peterle Nicoli*¹
*Fernanda Pertele Nicoli*²
*Prof.^a M.^a Vívica Camila Côrtes Porto*³

RESUMO

A prática lúdica é algo intrínseco à criança, é característico dela, mas nem sempre lhe foi propiciado fazer parte desse universo infantil, sendo submetida logo no início da sua infância a viver papéis de adulto. Este artigo tem por objetivo analisar a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender os pressupostos teóricos e metodológicos sobre a importância dos jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Além disso, busca estudar a construção da aprendizagem por meio da ludicidade, baseada em uma pesquisa bibliográfica. Nessa busca, evidencia um percurso da aquisição de direitos, de ser reconhecida e poder exercer-se como criança. Amparados por leis, os direitos da criança começam a ser efetivados, deixa-se de lado um tratamento assistencialista para uma efetiva prática de ensino. O processo de aprendizagem da criança ganhou um novo olhar, tendo em vista a emancipação do sujeito, em que é valorizada a aprendizagem da criança por meio das brincadeiras e dos jogos. Com uma metodologia diversificada, a aprendizagem da criança é aprimorada, resultando na construção de novos conhecimentos, como também de sua subjetividade.

Palavras-chave: Lúdico. Educação Infantil. Processo ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The practice of play is something intrinsic to the child, is characteristic of it, but it was not always allowed to be part of this child universe, being subjected early in his childhood to adult roles. This article aims to analyze the importance of the playful in the teaching-learning process, seeking to understand the theoretical and methodological assumptions about the importance of games and games in the development of children in Early Childhood Education. In addition, the study seeks to study the construction of learning through playfulness, based on a bibliographical research. In this search, it shows a course of the acquisition of rights, of being recognized and able to exercise as a child. Under the laws, the rights of the child begin to be realized, a care-giving treatment is left aside for an effective teaching practice. The process of learning of the child has gained a new look, in view of the emancipation of the subject, in which the child's learning is valued through play and games. With a diversified methodology, the child's learning is improved, resulting in the construction of new knowledge, as well as his subjectivity.

Keywords: Playful. Child education. Process Teaching Learning.

INTRODUÇÃO

A ludicidade é um assunto que tem conquistado espaço no setor da educação, principalmente na Educação Infantil. Independentemente de época, cultura e classe

¹ Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

² Graduanda do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

³ Mestre em Educação, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, professora do Curso Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Multivix – Cariacica (ES).

social, os jogos e brincadeiras fizeram e continuam fazendo parte do universo infantil.

A sociedade está repleta de mudanças e, a cada novo passo, é necessário adquirir novas competências. O uso de jogos e brincadeiras no processo pedagógico desperta na criança prazer em aprender, levando-a a enfrentar os desafios que surgem.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem, buscando compreender os pressupostos teóricos e metodológicos sobre o uso de jogos e brincadeiras no desenvolvimento da criança na Educação Infantil, estudando, assim, a construção da aprendizagem por meio da ludicidade.

Esta pesquisa justifica-se pela importância de se retratar as contribuições obtidas na vida social, afetiva, cognitiva da criança ao se relacionar com o meio em que está inserida de forma prazerosa, mas com uma intencionalidade mediante a prática docente, contribuindo para o desenvolvimento pleno dessa criança.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), e também, com os Temas Transversais há uma prática intencional para com a formação da criança, sendo para a cidadania, como também para a sua formação global, possibilitando por meio do processo de ensino-aprendizagem o desenvolvimento de habilidades, atitudes, formas de expressão e de relacionamento, e não apenas a absorção dos conteúdos.

Ao fazer uso de atividades lúdicas como ferramenta metodológica no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil é possível entrar no mundo da criança, fazendo com que o distanciamento nas relações aluno/professor, professor/aluno e aluno/aluno sejam estreitados, possibilitando uma maior interação entre as partes, contribuindo na relação social, afetiva, cognitiva, na transmissão de valores, além de potencializar o seu desenvolvimento. Sendo assim, busca-se elucidar a importância da prática de atividades lúdicas para o desenvolvimento de habilidades das crianças na Educação Infantil.

O estudo segue os preceitos da investigação exploratória baseada em dados já elaborados por meio da pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2008, p.50) foi “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos, periódicos”. A temática estudada será aqui analisada, buscando caracterizar e identificar as produções bibliográficas e os fundamentos teóricos existentes sobre o assunto.

1 A INFÂNCIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da infância na visão de Ariès (1978), traz uma característica dessa infância a partir do século XII, retratando dois períodos marcantes em que se concebe uma “análise comportamental” da forma como a criança era vista na referida época: medieval e na modernidade.

Ariès (1978) traça um perfil da criança em torno do século XII, lembrando que desde a antiguidade já havia um tratamento diferenciado para as mulheres e crianças, sendo considerados seres inferiores no meio social, tendo já as crianças nesse período sua infância reduzida, mostrando uma possível inviabilidade de espaço para elas nessa época. Nos traços do autor evidencia-se a fragilidade das crianças pela falta do sentimento de infância no seio familiar, sendo concedida a elas uma atenção enquanto não se apropriavam da sua independência física, inserindo-as no mundo adulto assim que passassem a ter esse domínio.

Os estágios da infância na era medieval não era algo subsequente. A educação recebida pelas crianças não era de controle familiar, tendo sua aprendizagem voltada para prática de atividades realizadas em conjunto com os adultos (ARIÈS, 1978).

Já no período moderno, marca-se então o surgimento do sentimento de infância, assim como, a preocupação com a educação como um todo, “moral e pedagógica”, incluindo o comportamento social. Nesse sentido, o autor complementa que nem todas as crianças tiveram suas particularidades reconhecidas e praticadas devido a

fatores sociais, econômicos e culturais. Só entre o final do século XVI e início do século XVII, são constatados um aumento significativo quanto ao desenvolvimento do sentimento em relação à infância, denota-se uma mudança cultural que fomenta os costumes, assim como, a forma de se vestir, preocupação com a educação, separação das crianças de classes sociais diferentes (ARIÈS, 1978).

Em meio aos avanços a partir do crescimento social, Ariès (1978) discorre quanto à necessidade das famílias da época em fazer parte do novo modelo de civilidade, apropriando-se de regras de etiqueta para esse novo convívio. Essas mudanças recorrem entre os séculos XVII e XVIII, tendo como foco: pais, educadores, adolescentes e crianças, dando origem mais especificamente no século XIII aos *centros* (escola para jovens da época), que ofereciam um estudo mais técnico que pedagógico, voltado apenas para os jovens de classe social favorecida.

De acordo com os apontamentos de Kramer (2007, p.13), a concepção de infância é formada como “[...] categoria social e como categoria da história humana, englobando aspectos que afetam também o que temos chamado de adolescência ou juventude [...]” ou ainda como “[...] período da história de cada um, que se estende, na nossa sociedade, do nascimento até aproximadamente dez anos de idade”.

Kramer (2007, p. 14) apresenta considerações que levou a formar a atual concepção de infância, destacando a crescente busca em compreender “[...] o conhecimento da criança [...]” no decorrer do século XX, fato esse que engloba diversas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, Kramer (2003a, p. 85-86) já afirmava trazendo como referência Philippe Ariès, que:

Desde que Ariès publicou, nos anos 1970, seu estudo sobre o aparecimento da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente: a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização social.

Kramer (2007, p.14) reafirma a referência que faz a Philippe Ariès, além disso, discorre que a ideia de infância sofreu mudanças ao longo das décadas, mas que essa noção realmente “[...] surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na

medida em que mudavam a inserção e o papel social da criança na sua comunidade”.

Postman (1999) citado por Kramer (2003a, p. 86) diz que após a era industrial o lugar para o “Era uma vez...” não mais existia, sendo a ideia de infância destruída com o acesso das crianças a uma bagagem de informações voltadas para o mundo adulto.

Kramer (2003a, p. 87) enfatiza que no Brasil ainda não foi possível “[...] tornar o projeto da modernidade real para a maioria das populações infantis [...], o direito que as crianças deveriam ter de desfrutar o ócio, de brincar, de não trabalhar”. Para a autora:

Uma concepção de criança que reconhece o que é específico da infância – seu poder de imaginação, fantasia, criação – e entende as crianças como cidadãos, pessoas que produzem cultura e são nela produzidas, que possuem um olhar crítico que vira pelo avesso a ordem das coisas, subvertendo essa ordem. Esse modo de ver as crianças pode ensinar não só a entendê-las, mas também a ver o mundo a partir do ponto de vista da infância, pode nos ajudar a aprender com elas (KRAMER, 2003a, p. 91).

É possível compreender que a ideia de infância em meio a esse contexto evoluiu gradativamente, mas ainda há grandes obstáculos a serem vencidos, permitindo que a criança realmente possa ser criança, tendo direito ao afeto, ao cuidado, a brincar, a uma educação de qualidade, tendo seus direitos não só reservados em leis, mas praticados cotidianamente.

A eclosão da Educação Infantil é pautada em um percurso histórico desde a sua origem na Europa até que se teve a necessidade de implantar as instituições de educação no Brasil, ocorrendo no século XIX. Essa propagação ocorreu entre o final do século XIX e início do século XX, a partir de influências políticas, sociais, religiosas, tornando-se os países Europeus modeladores de uma estrutura educacional (ARIÈS, 1978).

O primeiro Jardim de Infância criado na Europa, voltado para intenções pedagógicas, foi concebido em 1840 na Alemanha por Froebel, atendendo crianças de 3 a 7 anos de idade, tendo em vista uma educação integral, baseada em atividades metodológicas por meio de jogos e brincadeiras.

Em meio ao crescimento das cidades, o desenvolvimento do capitalismo, sucessivamente a industrialização segue, portanto, uma trajetória assistencialista no que condiz aos cuidados com a criança. Entre o final do século XIX e início do século XX, o Estado passa então a fiscalizar e regulamentar de forma gradativa os serviços oferecidos pelas entidades filantrópicas e assistenciais aos espaços para o cuidado com a criança.

A história da Educação Infantil no Brasil é marcada por avanços e retrocessos devido a situações sociais, econômicas e políticas. O reconhecimento da criança como cidadã ocorre a partir da década de 1930, mas ainda sem a efetivação dos seus direitos (KRAMER, 2003b).

A Constituição Federal (1988) efetiva a caracterização das instituições de Educação Infantil, passando a ser de responsabilidade do Estado a oferta do ensino. Com os direitos assegurados pela Constituição, o atendimento que tinha um cunho assistencialista pela guarda das crianças e cuidados médicos dá lugar para a crescente transformação das creches, tornando-se instituições educacionais e de livre acesso a todas as classes sociais.

Nesse sentido, o ensino no Brasil torna-se direito de todos, sendo instituído pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996, reconhecendo creches e pré-escolas, tornando-as parte do sistema educacional, complementando a ação da família. Por meio da LDB, surge então uma educação voltada para o desenvolvimento dos aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança, sendo complementados pela família e a comunidade, por meio de uma nova perspectiva de Educação Infantil.

Segundo Kramer (2003b, p. 8) compreende-se que o direito à educação foi instituído por meio das leis, mas que a luta deve persistir para que se tenha acesso a uma educação de qualidade baseada nos princípios legislativos, constituindo o espaço escolar:

[...] como espaço de cidadania (contra a desigualdade social, assegurando o reconhecimento das diferenças), de cultura (espaço da singularidade e da

pluralidade); de conhecimento (em seu compromisso com a dimensão de humanidade e da universalidade). Entretanto, temos problemas graves, muito graves: em primeiro lugar, não há no Brasil recursos específicos para a educação das crianças de 0 a 6 anos.

De acordo com a transcrição no Plano Nacional de Educação (PNE), o documento tem por objetivo determinar diretrizes, metas e estratégias que incorporem a política educacional para os próximos dez anos a partir do ano que for instituída a nova formulação. Nesse contexto, o documento trazia em 2014 como sua primeira meta a ser universalizada em 2016:

[...] a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 9).

No que se refere à primeira etapa do PNE, sua estrutura visa à garantia do direito a educação básica e de qualidade, do acesso, à universalização do ensino obrigatório, assim como, a ampliação das oportunidades educacionais. Seguindo esse parâmetro, denota-se:

Investir fortemente na educação infantil, conferindo centralidade no atendimento das crianças de 0 a 5 anos, é a tarefa e o grande desafio do município. Para isso, é essencial o levantamento detalhado da demanda por creche e pré-escola, de modo a materializar o planejamento da expansão, inclusive com os mecanismos de busca ativa de crianças em âmbito municipal, projetando o apoio do Estado e da União para a expansão da rede física (no que se refere ao financiamento para reestruturação e aparelhagem da rede) e para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação (BRASIL, 2014, p. 10; 11).

A elaboração do PNE foi fruto de uma discussão estratégica na Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, tendo em vista à universalização do ensino. Percebe-se que houve avanços significativos no decorrer da história da infância, possibilitando um novo panorama voltado para a criança reconhecida como sujeito de direitos.

2 BRINCADEIRAS E JOGOS: SUA FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA NA PRÁTICA INFANTIL

Sabe-se que a brincadeira e o jogo são inerentes à vida da criança, sendo essa afirmação confirmada por teóricos como Vygotsky (1989), Piaget (1970), pesquisadores como Kishimoto (1998) e Friedmann (1996). Nesse sentido, a análise

feita do referido assunto permite compreender que por meio das brincadeiras e jogos, as crianças se desenvolvem e constroem um novo mundo a partir da forma como ela interpreta as ações ocorridas nessa prática lúdica.

Assim, não há como abordar brincadeira e jogo sem saber a correlação existente entre os dois termos, sabendo apenas que são atividades lúdicas. Algumas atividades que englobam o termo lúdico possuem características próprias:

A brincadeira refere-se basicamente, à ação de brincar, ao comportamento espontâneo que resulta de uma atividade não estruturada; jogo é compreendido como uma brincadeira que envolve regras; brinquedo é utilizado para designar o sentido de objeto de brincar e a atividade lúdica abrange, de forma mais ampla, os conceitos anteriores (FRIEDMANN, apud Marques, 2011, p. 2).

No âmbito apresentado, evidencia-se uma ligação entre o brincar e o jogo, levando a uma compreensão relacionada tanto ao objeto (brinquedo) quanto à brincadeira, porém, com estruturas organizadas a partir de regras a serem cumpridas ao praticar tais atividades, estando entre os participantes não só crianças e adolescentes, mas também adultos; quanto ao uso do brinquedo, torna-se restrito ao universo infantil.

Kishimoto (1994, p.7) relaciona a forma como o jogo se dá por meio de um “[...] sistema de significações que nos leva a interpretar o brincar, em função da visão que temos dessa atividade”. Já os termos brinquedo, brincadeira e jogo, são traduzidos da seguinte forma: “[...] brinquedo como objeto, suporte de brincadeira; brincadeira como a descrição de uma conduta estruturada com regras; jogo infantil para designar tanto o objeto e as regras do jogo da criança”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Os jogos constituem uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de soluções. Propiciam a simulação de situações-problema que exigem soluções vivas e imediatas, o que estimula o planejamento das ações (BRASIL, 1998, p.47).

A atividade desempenhada por meio do jogo ou da brincadeira estimula a criança a se planejar e colocar em prática o que organizou mentalmente, dando subsídios para que realize tal tarefa e tenha condições de realizar com mais facilidade as próximas que lhe for possibilitada.

Para Campos (1986, p.10), a ludicidade pode ser uma ponte facilitadora na aprendizagem, podendo ser usada como fator motivador em qualquer aula. Maluf (2003, p.17) permite a compreensão por meio da sua afirmação que o brincar é uma:

[...] comunicação e expressão, associando pensamento e ação; um ato instintivo voluntário; uma atividade exploratória; ajuda às crianças no seu desenvolvimento físico, mental, emocional e social; um meio de aprender a viver e não um mero passatempo (MALUF, 2003, p. 17).

A prática do jogo tem por função potencializar a exploração e a construção do conhecimento, que de acordo com Kishimoto (2009, p. 37), a motivação interna que é algo intrínseco ao lúdico, “[...] requer a oferta de estímulos externos e a influência de parceiros bem como a sistematização de conceitos em outras situações que não jogos”.

O desenvolvimento da criança na Educação Infantil ocorre de forma simples ao ser ofertado atividades por meio de jogos e brincadeiras que aprimorem seu desenvolvimento cognitivo, emocional, afetivo e de raciocínio e que esteja ligado à aprendizagem.

Vygotsky (1989) considera que a atividade lúdica é uma importante ferramenta, promovendo o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança, sendo potencializada sua capacidade em aprender quando interage com o outro, vendo-a como sujeito em contínua formação. Vygotsky (1994, p. 82-83) afirma que “[...] é brincando bastante que a criança vai aprendendo a ser um adulto consciente, capaz de participar e engajar-se na vida de sua comunidade”.

Nessa perspectiva, a criança se desenvolve rodeada por relações cotidianas, e assim vai construindo sua subjetividade, sua autoimagem e vai entendendo o mundo que a cerca.

Ainda é possível promover o desenvolvimento da imaginação infantil ao permitir que se manifeste:

[...] por meio de objetivos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato

lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber também a denominação geral de jogo educativo (KISHIMOTO, 1997, p. 90).

Ao ser desempenhada uma atividade na Educação Infantil, existe uma finalidade, objetivos traçados para que venham favorecer o desenvolvimento da criança, adequando-se as suas particularidades, não como um mero passatempo, mas que vislumbre seu desenvolvimento pleno.

Nesse sentido, Piaget (1998, p.160) traz aos anseios que “[...] a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais das crianças [...]”, tal prática deve ser concebida na Educação Infantil, dessa forma, ao vê-las brincando torna-se mais compreensível a maneira como elas se relacionam com o meio em que estão inseridas e os seres a sua volta.

Com base ainda em Piaget (1970), é possível compreender a partir da sua teoria sobre o desenvolvimento infantil que esse processo ocorre em estágios, são sequenciais e diferentes, para que seja construído uma estrutura subsequente, sendo esta mais complexa e abrangente que a anterior. Considera-se, portanto, “[...] a inteligência como resultado de uma adaptação biológica, em que o organismo procura o equilíbrio entre assimilação e acomodação para organizar o pensamento” (PIAGET, 1970, p.130).

Friedmann (1996, p. 14) vêm confirmar que:

O jogo implica para a criança muito mais do que o simples ato de brincar. Através do jogo, ela está se comunicando com o mundo e também está se expressando. Para o adulto o jogo constitui um ‘espelho’, uma fonte de dados para compreender melhor como se dá o desenvolvimento infantil. Daí sua importância.

A ludicidade possibilita a construção do conhecimento da criança, sendo de suma importância considerar o papel mediador do professor, as interações com o outro, assim como, a adequação das atividades apropriadas por meio de jogos e brincadeiras nesse processo. Nessa perspectiva, evidenciam-se contribuições em seu desenvolvimento social, emocional, cultural e psicológico, permitindo uma melhor relação nos processos de socialização no decorrer da sua vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu uma análise histórica e crescente da criança no meio social, atrelando o uso de atividades lúdicas como a brincadeira e o jogo no desenvolvimento da criança, refletindo, assim, no processo de ensino-aprendizagem.

Ao verificar a história da infância e o início da Educação Infantil, observou-se uma importância progressiva dada à criança no decorrer dos séculos, o que antes não era nem um pouco considerado. Em alguns pontos da história houve uma trajetória lenta e até retrocessos, mas isso não foi impedimento para dar visibilidade e amparo à criança.

No aspecto legal, ter direito à educação aponta para a busca por uma nova prática pedagógica, valorizando o processo formativo da criança por meio de metodologias diversificadas que favoreçam o seu pleno desenvolvimento, visto que, o processo de ensino-aprendizagem está em constante movimento.

Ao fazer uso de atividades lúdicas como ferramenta metodológica na Educação Infantil, é possível interagir com a criança, estreitando os laços entre os sujeitos envolvidos no processo, possibilitando uma maior interação, contribuindo em seu desenvolvimento integral.

Em virtude da análise apresentada, evidencia-se a necessidade de abrir o leque quanto à participação do professor nesse processo de desenvolvimento infantil, tendo ele a função de mediador na construção do conhecimento pela criança. A intencionalidade da ação pedagógica nesse espaço-tempo de educação deve ser aprimorada por meio de planejamentos adequados e satisfatórios, tendo a criança como centro da ação.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família (1978). Disponível em: <<http://files.grupoeducacionalvanguard8.webnode.com/20000002407a9b08a40/Livro>

[%20PHILIPPEARIESHistoriasocial-da-crianca-e-da-familia.pdf](#)>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 26 de agosto de 2017.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.* Brasília: Editora do Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

_____. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais.* Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

_____. *Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE), 2014. Plano Nacional de Educação.* Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

CAMPOS, D. M. S. de.. **Psicologia da Aprendizagem.** 19º ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

FRIEDMANN, A.. **Brincar: crescer e aprender - o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.

GIL, A. C..**Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.**6ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A.; 2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gila-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2017.

KISHIMOTO, T. M.. **O Brincar e Suas Teorias.** São Paulo: Cengage Learning, 1994.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O jogo e a educação infantil.** São Paulo: Pioneira, 1998.

_____. **Jogos Infantis: o jogo, a criança a educação.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

KRAMER, S.. *Direitos da criança e projeto político pedagógico de educação infantil.* In: BAZÍLIO, L. C.; _____. **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez, 2003a. p. 51-82.

_____. **Infância, cultura contemporânea e Educação contra a barbárie.** 2003b. Disponível em: <<https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&q=INF%C3%82NCIA%2>>

C+CULTURA+CONTER%82NEA+E+EDUCA%C3%87%C3%83O+CONTRA+A+BARB%C3%81RIE&btnG=&lr=>. Acesso em: 25 de agosto de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. *Ensino Fundamental de nove anos. Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. A infância e sua singularidade*. 2ª edição, Brasília, 2007. p.14-24. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>. Acesso em: 28 de setembro de 2017. MALUF, A. C. M.. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PIAGET, J.. **A epistemologia genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

_____. **A psicologia do desenvolvimento**. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

VYGOTSKY, L. S.. **A Formação Social da mente**. Editora: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 82-83.